

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL .....</b>	<b>33</b>
1. ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	33
2. POLICIAMENTO OSTENSIVO EM ÂMBITO FEDERAL.....	35
2.1. Policiamento marítimo, aeroportuário e de fronteiras pela Polícia Federal.....	35
2.2. Atuação ostensiva da Polícia Rodoviária Federal.....	37
2.3. A Polícia Ferroviária Federal .....	37
3. ATUAÇÃO INVESTIGATIVA DA POLÍCIA FEDERAL .....	37
3.1. Considerações iniciais .....	37
3.2. Infrações contra a ordem política e social .....	41
3.3. Infrações envolvendo interesse federal .....	41
3.4. Infrações de repercussão interestadual e internacional que exijam repressão uniforme .....	42
3.5. Prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas, contrabando e descaminho.....	46
3.6. Crimes envolvendo atos de terrorismo.....	46
3.7. Inquérito Policial de Expulsão.....	48
3.8. Polícia judiciária eleitoral.....	48
4. SEGURANÇA PÚBLICA E ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS.....	51
4.1. Atuação permanente e cooperativa das Forças Armadas.....	51
4.2. Atuação das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).....	53
<b>CAPÍTULO 2 – INVESTIGAÇÃO NOS CRIMES FEDERAIS.....</b>	<b>57</b>
1. JUIZ DAS GARANTIAS .....	57
1.1. Considerações iniciais .....	57
1.2. Competência do juiz das garantias .....	59

1.3.	Termo inicial e final da atuação do juiz das garantias.....	62
1.4.	Acesso aos autos da investigação .....	64
2.	INQUÉRITO POLICIAL NOS CRIMES FEDERAIS.....	66
2.1.	Natureza jurídica e funções do inquérito policial.....	66
2.2.	É indispensável o inquérito policial? .....	67
2.3.	Procedimento escrito e inquérito eletrônico .....	70
2.4.	Sigilo .....	71
2.4.1.	Sigilo interno e sigilo externo .....	71
2.4.2.	O direito à revelação, divulgação ou abertura dos elementos obtidos em diligências investigatórias (“right to disclosure”).....	75
2.5.	Inquisitorialidade do inquérito policial .....	79
2.5.1.	Contraditório e ampla defesa na fase investigatória.....	79
2.5.2.	O alcance das prerrogativas defensivas na fase investigatória .....	81
2.6.	Investigação de integrantes das forças de segurança pública .....	90
2.6.1.	Indicação de defensor.....	90
2.6.2.	Aspectos procedimentais .....	92
2.6.3.	Indicação de defensor pela instituição .....	93
2.7.	Conhecimento e comunicação de infração penal.....	95
2.7.1.	<i>Notitia criminis</i> de cognição imediata (espontânea) .....	95
2.7.2.	<i>Notitia criminis</i> de cognição mediata (provocada) .....	95
2.7.3.	<i>Notitia criminis</i> de cognição coercitiva .....	96
2.7.4.	<i>Delatio criminis</i> .....	96
2.7.5.	<i>Delatio criminis</i> postulatória.....	97
2.7.6.	<i>Notitia (delatio) criminis</i> inqualificada.....	98
2.8.	Registro e distribuição das comunicações de infração penal.....	101
2.9.	Declínio de atribuições investigativas por parte da Polícia Federal.....	102
2.10.	Instauração do inquérito policial .....	103
2.10.1.	Formalidades .....	103
2.10.2.	Início das investigações nos crimes de ação penal pública incondicionada.....	104
2.10.2.1.	Instauração de ofício pela autoridade policial .....	105
2.10.2.2.	Instauração por requisição de autoridade judiciária ou membro do Ministério Público.....	106
2.10.2.2.1.	Requisição do Ministério Público .....	106
2.10.2.2.2.	Requisição da autoridade judiciária.....	107
2.10.2.2.3.	Inquérito nº 4.781 no STF (inquérito das <i>fake news</i> ) .	109
2.10.3.	Início das investigações nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal privada.....	111
2.11.	Investigação de autoridade com prerrogativa de função .....	115
2.11.1.	Regra geral: (in)existência de controle judicial prévio.....	115
2.11.2.	Investigação de autoridades com prerrogativa de foro no STF.....	118

2.11.3. Descoberta fortuita de coinvestigados detentores de foro por prerrogativa de função .....	120
2.12. Investigação de magistrados e membros do Ministério Público .....	124
2.13. Atribuições e poderes do Delegado de Polícia no inquérito policial .....	127
2.13.1. Independência funcional do Delegado de Polícia .....	127
2.13.2. Poderes instrutórios, requisitórios e capacidade postulatória do Delegado de Polícia.....	129
2.14. Prazo para conclusão do inquérito nos crimes federais.....	132
2.14.1. Considerações gerais .....	132
2.14.2. Prorrogação do prazo para conclusão do inquérito quando o investigado está em liberdade.....	133
2.14.3. Prorrogação do prazo para conclusão do inquérito quando o investigado está preso.....	134
2.14.4. Prorrogação do prazo para conclusão do inquérito em caso de prisão temporária.....	135
2.14.5. Termo inicial da contagem do prazo para a conclusão do inquérito.....	137
2.14.6. Autoridade competente para apreciar pedidos de dilação de prazos .....	138
2.15. Tramitação direta do inquérito policial entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal.....	140
2.15.1. Premissas da tramitação direta .....	140
2.15.2. Aspectos procedimentais .....	141
2.15.2.1. Registro e controle .....	141
2.15.2.2. Publicidade e acesso do defensor à investigação .....	142
2.15.3. Restrição a direito e impossibilidade de tramitação direta .....	143
2.15.4. Legalidade e constitucionalidade.....	144
2.16. Indiciamento e desindiciamento.....	150
2.17. Relatório e conclusão do inquérito policial .....	153
2.18. Declínio e conflito de atribuições entre Ministérios Públicos .....	154
2.18.1. Declínio de atribuições.....	154
2.18.2. Conflito de atribuições.....	155
2.19. Arquivamento do inquérito policial.....	158
2.19.1. Procedimento anterior à Lei nº 13.964/2019.....	158
2.19.2. Procedimento posterior à Lei nº 13.964/2019.....	161
2.19.3. Arquivamento implícito e arquivamento indireto.....	166
2.19.4. Arquivamento do inquérito nos crimes de ação penal originária do STF.....	167
3. INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	169
3.1. Poderes investigatórios do Ministério Público .....	169
3.2. Procedimento Investigatório Criminal – PIC .....	172

4. PODERES REQUISITÓRIOS E O ACESSO A INFORMAÇÕES E DADOS SIGILOSOS.....	176
4.1. Considerações iniciais.....	176
4.2. Dados telefônicos, informações cadastrais e comunicações privadas armazenadas em dispositivos informáticos .....	177
4.2.1. Considerações gerais .....	177
4.2.2. Dados cadastrais de identificação .....	178
4.2.3. Acesso ao conteúdo de comunicações em dispositivos informáticos .....	182
4.2.3.1. Intercepção de diálogos em tempo real .....	182
4.2.3.2. Acesso a dados e comunicações armazenadas.....	185
4.2.3.3. Requerimento de “simples guarda” de registros de acesso e conexão à internet.....	188
4.2.4. (Des)necessidade dos instrumentos de cooperação internacional para a obtenção de dados armazenados no exterior .....	189
4.3. Geolocalização e acompanhamento em tempo real ( <i>geofencing</i> ).....	194
4.3.1. Geolocalização em relação a delito já praticado .....	194
4.3.2. Acompanhamento em tempo real e localização de suspeitos de delito em curso .....	196
4.4. Sigilo financeiro e fiscal.....	200
4.5. Requisição de dados fiscais e bancários pelo Corregedor Nacional de Justiça.....	202
5. COMPARTILHAMENTO DE DADOS SIGILOSOS ENTRE A RECEITA FEDERAL, O COAF E OS ÓRGÃOS DE PERSECUÇÃO PENAL.....	204
5.1. Acesso a informações sigilosas pela Receita Federal do Brasil e pelo COAF .....	204
5.2. Constitucionalidade do acesso a informações sigilosas.....	207
5.3. Compartilhamento de dados sigilosos com órgãos de persecução penal: evolução jurisprudencial .....	209
5.4. Compartilhamento de dados sigilosos quando inexistente RFFP OU RIF	213

### **CAPÍTULO 3 – CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL..... 217**

1. O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL .....	217
1.1. Regulamentação e objetivos.....	217
1.2. Controle difuso e controle concentrado .....	219
1.3. Controle ordinário e extraordinário.....	222
1.4. Órgãos controlados.....	222
1.5. Abrangência da atuação .....	224
1.5.1. Verificação de estabelecimentos prisionais e visita a repartições policiais.....	224
1.5.2. O controle das investigações policiais.....	225

1.5.3. O acesso a documentos relativos à atividade-fim policial.....	227
1.5.3.1. A abrangência dos documentos relativos à “atividade-fim policial” .....	227
1.5.3.2. Inspeção em inquéritos policiais e documentos de natureza persecutória .....	228
1.5.3.3. A controvérsia envolvendo o acesso às Ordens de Missão Policial (OMP) .....	229
1.5.3.4. Controle externo de atividades de inteligência e os Relatórios de Inteligência da Polícia Federal (RELINT) .....	231
1.5.3.5. Acesso a fichas correccionais e documentos pessoais dos policiais .....	233
1.5.4. Controle da letalidade e da vitimização policiais .....	234
1.5.5. Providências e responsabilização de agentes por irregularidades no exercício da atividade policial .....	235

**CAPÍTULO 4 – INTRODUÇÃO À COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL ..... 239**

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL FEDERAL .....	239
2. COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	243
2.1. Considerações iniciais .....	243
2.2. Competência em razão da matéria .....	244
2.3. Competência em razão da pessoa (foro por prerrogativa de função).....	245
2.3.1. Considerações gerais .....	245
2.3.2. Sentido e alcance do foro por prerrogativa na visão do STF.....	248
2.3.3. Extensão do entendimento adotado na AP 937-QO a cargos não eletivos.....	251
2.3.4. Prorrogação do foro por prerrogativa de função em caso de sucessão de mandatos.....	255
2.3.5. Foro por prerrogativa de função previsto fora da Constituição Federal.....	259
2.3.5.1. Considerações gerais .....	259
2.3.5.2. Foro por prerrogativa previsto nas Constituições dos Estados em simetria ao previsto na Constituição Federal .....	261
2.3.5.3. Foro por prerrogativa previsto nas Constituições dos Estados assimétrico ao previsto na Constituição Federal .....	262
2.3.5.4. Foro por prerrogativa para autoridades municipais.....	265
2.3.5.5. A Súmula Vinculante nº 45 do STF.....	268
2.3.6. Coautoria com pessoas sem foro por prerrogativa.....	270
2.3.7. Prerrogativa não extensível a ações por improbidade administrativa.....	271
2.3.8. Prerrogativa de foro aplicada à Justiça Federal .....	271

2.4.	A definição da competência territorial .....	273
2.4.1.	Competência territorial: considerações gerais.....	273
2.4.2.	Critérios para a definição da competência territorial .....	275
2.4.2.1.	Teoria do resultado .....	275
2.4.2.2.	Domicílio da vítima.....	276
2.4.2.3.	Domicílio ou residência do investigado ou réu .....	277
2.4.2.4.	Eleição de foro na ação penal privada.....	278
2.4.3.	Competência territorial nos crimes envolvendo fraudes bancárias.....	278
2.4.3.1.	Distinção entre furto mediante fraude e estelionato.....	278
2.4.3.2.	Competência territorial no furto mediante fraude .....	281
2.4.3.3.	Competência territorial no estelionato (Lei nº 14.155/2021)	283
2.4.3.3.1.	Considerações iniciais.....	283
2.4.3.3.2.	Estelionato por meio de emissão de cheque sem provisão de fundos .....	285
2.4.3.3.3.	Estelionato por meio de cheque clonado, adulterado ou falsificado .....	285
2.4.3.3.4.	Competência no estelionato por meio de depósito em dinheiro ou transferência de valores.....	287
2.4.3.3.5.	Aplicação da Lei nº 14.155/2021 no tempo.....	288
2.4.4.	Competência territorial na internalização ilícita de mercadorias envolvendo o comércio eletrônico e o serviço postal.....	289
2.4.4.1.	Contrabando e descaminho .....	289
2.4.4.2.	Tráfico de drogas.....	292
2.4.4.3.	Internalização ilícita de medicamentos .....	294
2.4.4.4.	Abertura de encomendas suspeitas .....	296
2.4.5.	Competência territorial nos crimes à distância .....	299
2.4.6.	Competência territorial nos crimes cometidos fora do território nacional .....	300
2.4.7.	Competência territorial nos crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves .....	301
2.4.8.	Peculiaridades da competência territorial na Justiça Federal .....	302
2.5.	A definição do juízo competente: distribuição e prevenção.....	302
2.6.	A prevenção como critério subsidiário de definição da competência territorial.....	304
2.7.	Conexão e continência: aspectos conceituais.....	306
2.7.1.	Conexão .....	306
2.7.2.	Continência.....	312
2.8.	Conexão e continência entre crimes da competência federal e estadual....	312
2.8.1.	Incidência da Súmula 122 do STJ .....	312
2.8.2.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> na conexão entre crimes da competência federal e estadual.....	316

2.8.2.1.	Considerações gerais .....	316
2.8.2.2.	Absolvição em relação ao crime federal .....	317
2.8.2.3.	Desclassificação do crime federal para crime da competência da Justiça Estadual .....	321
2.8.2.4.	Extinção da punibilidade em relação ao crime federal.....	327
2.8.2.5.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> e criação superveniente de vara federal no local dos fatos.....	329
2.9.	Outras hipóteses de reunião de processos por conexão e continência .....	332
2.9.1.	Reunião de infrações de menor potencial ofensivo com outros crimes .....	332
2.9.2.	Reunião de processos da competência do Tribunal do Júri e de outro órgão da jurisdição comum .....	333
2.9.3.	Reunião de processos de jurisdições da mesma categoria .....	336
2.9.4.	Reunião de processos de jurisdições de diversas categorias.....	339
2.9.5.	Reunião de processos da jurisdição comum e especial.....	340
2.9.6.	Exceções à unidade de processo e julgamento nos casos de conexão e continência.....	341
3.	EFEITOS DOS ATOS PRATICADOS POR JUIZ INCOMPETENTE .....	343
3.1.	Considerações gerais .....	343
3.2.	Recebimento da denúncia por juiz absolutamente incompetente.....	348
3.3.	Sentença proferida por juiz absolutamente incompetente .....	351

## **CAPÍTULO 5 – MATÉRIAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL ..... 357**

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	357
2.	CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	358
2.1.	Contravenções penais que lesam interesse federal .....	358
2.2.	Aparente conexão entre contravenções e crimes federais .....	359
2.3.	Contravenção penal praticada pela Internet .....	360
3.	CRIMES MILITARES.....	361
3.1.	Considerações iniciais .....	361
3.2.	A ampliação conceitual do crime militar .....	362
3.3.	Crimes militares praticados por militares inativos ou civis .....	370
3.4.	Homicídios praticados por militares contra civis.....	376
3.5.	Conflito aparente de leis e especialidade da legislação militar .....	380
3.6.	Aplicação da Lei nº 13.491/2017 no tempo .....	382
4.	CRIMES DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	384
4.1.	Considerações sobre a competência criminal da Justiça Eleitoral .....	384
4.2.	Conexão ente crimes eleitorais e federais .....	387

4.3. Especialização de zonas eleitorais com competência criminal .....	394
5. ATOS INFRACIONAIS.....	394

## **CAPÍTULO 6 – COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL..... 399**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	399
2. BENS, SERVIÇOS E INTERESSES FEDERAIS (art. 109, IV, CF).....	401
2.1. Considerações gerais .....	401
2.2. Crimes políticos .....	402
2.2.1. Crime político: perspectiva a partir da revogada Lei nº 7.170/1983 .....	402
2.2.2. Lei 14.197/2021: considerações gerais.....	405
2.2.3. Competência nos crimes previstos pela Lei nº 14.197/ 2021 .....	407
2.2.4. Competência recursal e <i>habeas corpus</i> no julgamento de crimes políticos .....	408
2.3. Bens, serviços ou interesses federais .....	412
2.3.1. Considerações gerais .....	412
2.3.2. Titularidade do interesse federal.....	412
2.3.3. Crimes envolvendo sociedades de economia mista federais .....	415
2.3.4. Bens federais.....	417
2.3.5. Serviços federais.....	418
2.3.6. Interesses federais .....	420
2.4. Casos selecionados.....	421
2.4.1. Extração ilegal de recursos minerais.....	421
2.4.2. Crimes envolvendo bens da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.....	427
2.4.3. Crimes em detrimento da Caixa Econômica Federal .....	429
2.4.3.1. Considerações gerais .....	429
2.4.3.2. Crimes praticados em face de correspondentes bancários e casas lotéricas .....	431
2.4.3.3. Crimes envolvendo caixas eletrônicos .....	432
2.4.4. Crimes em detrimento dos Correios (EBCT).....	433
2.4.4.1. Considerações gerais .....	433
2.4.4.2. Agências franqueadas e “Banco Postal” .....	435
2.4.5. Crimes envolvendo interesse arrecadatório do INSS.....	437
2.4.5.1. Considerações gerais .....	437
2.4.5.2. Falsa anotação em carteira de trabalho.....	439
2.4.6. Crimes que têm como autor ou vítima servidor público federal ...	441
2.4.6.1. Crimes praticados por servidor público federal .....	441
2.4.6.2. Crimes que têm como vítima servidor público federal .....	443

2.4.6.2.1.	O critério da relação com as funções desempenhadas.....	443
2.4.6.2.2.	Competência territorial nos crimes contra a honra de servidor público federal praticados pela internet .....	445
2.4.7.	Crimes contra a fé pública federal .....	448
2.4.7.1.	O critério da entidade lesada com a conduta.....	448
2.4.7.2.	Moeda falsa.....	453
2.4.7.3.	Interposição fraudulenta de terceiros em importação.....	454
2.4.7.4.	Falsificação de Carteira de Habilitação de Arrais Amador e Caderneta de Inscrição e Registro (CIR).....	455
2.4.8.	Crimes contra a administração da justiça .....	457
2.4.9.	Competência nos crimes envolvendo verbas federais.....	464
2.4.9.1.	A preponderância do critério da prestação de contas.....	464
2.4.9.2.	Verba incorporada ao patrimônio do estado ou município... ..	469
2.4.9.3.	Inaplicabilidade das Súmulas 208 e 209 do STJ em âmbito cível.....	471
2.4.9.4.	Crimes envolvendo recursos do SUS .....	474
2.4.9.5.	Cobrança indevida de honorários por médico vinculado ao SUS.....	475
2.4.9.6.	Crimes envolvendo irregularidades no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19 .....	477
2.4.9.7.	Crimes envolvendo verbas do FUNDEB.....	480
2.4.9.8.	Crimes envolvendo imóveis financiados pelo “Programa Minha Casa Minha Vida” .....	482
2.4.9.8.1.	Esbulho possessório de imóvel financiado pelo “Programa Minha Casa Minha Vida” .....	482
2.4.9.8.2.	Venda irregular de imóvel financiado pelo “Programa Minha Casa Minha Vida” .....	484
2.4.10.	Crimes envolvendo internalização ilícita de mercadoria .....	486
2.4.10.1.	Contrabando e descaminho .....	486
2.4.10.1.1.	Competência da Justiça Federal .....	486
2.4.10.1.2.	Princípio da insignificância .....	489
2.4.10.1.3.	Competência territorial: regra geral .....	491
2.4.10.1.4.	Competência territorial nos crimes de contrabando e descaminho via postal ou resultante de comércio eletrônico.....	492
2.4.10.2.	Internalização de medicamentos estrangeiros sem registro na ANVISA.....	494
2.4.10.2.1.	Enquadramento típico e desproporcionalidade da pena.....	494
2.4.10.2.2.	Competência da Justiça Federal .....	499
2.4.10.2.3.	Competência territorial .....	501

2.4.11. Crimes envolvendo telecomunicações .....	502
2.4.11.1. Considerações gerais .....	502
2.4.11.2. Enquadramento típico.....	502
2.4.11.3. Captação clandestina de sinal de TV por assinatura: enquadramento típico e competência.....	507
2.4.11.4. Princípio da insignificância.....	508
2.4.12. Crimes envolvendo terrorismo (Lei nº 13.260/2016).....	511
2.4.12.1. Competência da Justiça Federal.....	511
2.4.12.2. A identificação do ato terrorista .....	512
2.4.13. Competência federal em crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998)...	515
2.4.13.1. Preservação do meio ambiente: competência comum.....	515
2.4.13.2. Crimes ambientais praticados em detrimento de bens da União .....	516
2.4.13.3. Crime ambiental praticado em área protegida pela União ....	519
2.4.13.4. Crime envolvendo espécie oficialmente ameaçada de extinção .....	525
2.4.13.5. Falsificação de Documento de Origem Florestal – DOF .....	527
2.4.13.6. Crimes ambientais transnacionais.....	533
2.4.13.7. Liberação de Organismos Geneticamente Modificados – OGM.....	534
2.4.14. Crime praticado por brasileiro no exterior cujo julgamento tenha sido transferido para a jurisdição brasileira por negativa de extradição.....	536
2.4.14.1. Vedação à extradição de brasileiro: regra e exceções .....	536
2.4.14.2. O dever de extraditar ou julgar ( <i>aut dedere aut judicare</i> ).....	538
2.4.14.3. Jurisdição competente no território brasileiro.....	540
2.4.15. Competência nos crimes praticados contra brasileiro no exterior	545
2.4.16. Competência nos crimes praticados em embaixada ou consulado estrangeiro no Brasil .....	549
3. CRIMES TRANSNACIONAIS PREVISTOS EM TRATADO OU CONVENÇÃO (art. 109, inciso V, CF) .....	549
3.1. Considerações iniciais .....	549
3.2. Crimes praticados por meio da rede mundial de computadores.....	552
3.2.1. Transnacionalidade nos crimes praticados por meio da internet ..	552
3.2.2. Crimes com viés discriminatório praticados por meio da internet	557
3.2.3. Crimes envolvendo conteúdo homofóbico praticados por meio da internet .....	563
3.2.4. Competência territorial nos crimes cometidos por meio da internet.....	566
3.2.5. Crimes praticados pela internet envolvendo violência contra a mulher .....	567
3.2.6. Crimes praticados por meio de canal de TV a cabo.....	568

---

3.3.	Competência da Justiça Federal nos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) .....	569
3.3.1.	Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.....	569
3.3.2.	Competência nas condutas destinadas ao consumo pessoal de drogas (art. 28 da Lei nº 11.343/06).....	570
3.3.3.	Importação clandestina de “sementes de maconha” .....	574
3.3.3.1.	Enquadramento típico.....	574
3.3.3.2.	A evolução do entendimento no STJ.....	579
3.3.3.3.	Uso medicinal da <i>cannabis</i> : competência para concessão de salvo-conduto .....	582
3.3.4.	Transporte transnacional de folhas de coca .....	585
3.3.5.	Tráfico transnacional de drogas.....	586
3.3.5.1.	A identificação da transnacionalidade da conduta .....	586
3.3.5.2.	Licitude no país de origem e transnacionalidade do tráfico .	592
3.3.5.3.	Concomitância entre transnacionalidade e interestadualidade.....	594
3.3.5.4.	A competência territorial no tráfico transnacional.....	596
3.3.5.5.	Competência no tráfico de drogas por meio do serviço postal.....	597
3.3.5.6.	Atuação territorial do Ministério Público Federal .....	599
3.4.	Competência da Justiça Federal no tráfico internacional de armas de fogo (Lei nº 10.826/03).....	602
3.4.1.	Considerações iniciais .....	602
3.4.2.	Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.....	604
3.4.3.	Internacionalidade do tráfico de armas e munições .....	605
3.4.4.	Competência territorial no tráfico de armas e munições.....	606
3.5.	Competência da Justiça Federal no tráfico internacional de pessoas .....	608
3.5.1.	Considerações gerais .....	608
3.5.2.	Compromisso internacional assumido pelo Brasil.....	609
3.5.3.	Transnacionalidade da conduta .....	609
3.6.	Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo direito de crianças e adolescentes .....	611
3.6.1.	Considerações iniciais .....	611
3.6.2.	Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.....	612
3.6.3.	Transnacionalidade da conduta .....	612
3.7.	Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo violação de direitos autorais .....	614
3.7.1.	Considerações gerais .....	614
3.7.2.	Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil .....	615
3.7.3.	Transnacionalidade da conduta .....	616

3.7.4. Compartilhamento de TV por assinatura por meio de <i>card sharing</i> .....	618
4. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA – IDC (art. 109, V-A, CF) .....	619
4.1. Considerações gerais .....	619
4.2. Excepcionalidade e subsidiariedade .....	620
5. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, SISTEMA FINANCEIRO E ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 109, VI, CF).....	626
5.1. Competência da Justiça Federal nos crimes contra a organização do trabalho .....	626
5.1.1. Crimes previstos no Título IV do Código Penal.....	626
5.1.2. Redução à condição análoga à de escravo .....	628
5.2. Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo o Sistema Financeiro Nacional .....	632
5.2.1. Aspectos conceituais do Sistema Financeiro Nacional .....	632
5.2.2. Critérios para a identificação dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/1986) .....	635
5.2.3. Crimes envolvendo ativos virtuais (criptomoedas).....	643
5.3. Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo o Mercado de Capitais .....	651
5.4. Competência da Justiça Federal nos crimes de Lavagem de Capitais.....	653
5.5. Competência da Justiça Federal nos crimes contra a ordem econômica ...	658
5.5.1. Competência federal nos crimes previstos na Lei nº 8.176/1991 ...	658
5.5.1.1. Crimes relacionados à adulteração de combustíveis.....	658
5.5.1.2. Usurpação de matéria prima da União.....	660
5.5.2. Competência no crime contra a ordem econômica previsto na Lei nº 8.137/1990.....	661
6. CRIMES COMETIDOS A BORDO DE NAVIOS OU AERONAVES (art. 109, IX, CF).....	664
6.1. Considerações iniciais .....	664
6.2. Aspectos conceituais .....	666
6.2.1. Conceito de aeronave .....	666
6.2.2. Conceito de navio .....	668
6.2.3. A extensão da expressão “a bordo de” navio e aeronaves .....	670
6.3. Alcance territorial da competência jurisdicional brasileira nos crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves .....	675
6.4. Crimes cometidos a bordo de navios estrangeiros privados em passagem inocente pelo mar territorial brasileiro .....	680
6.5. Denúnciação caluniosa de crime supostamente ocorrido no interior de aeronave ou navio .....	683

7. INGRESSO OU PERMANÊNCIA IRREGULAR DE ESTRANGEIRO (art. 109, inciso X, CF).....	685
8. CRIMES ENVOLVENDO DISPUTA SOBRE DIREITOS INDÍGENAS (art. 109, XI, CF).....	688
8.1. Ofensa a interesses coletivos da comunidade indígena .....	688
8.2. Atuação da Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI .....	692
8.3. Ilegitimidade ativa dos conselhos indigenistas em questões penais .....	693
8.4. Diretrizes para julgamento de casos criminais envolvendo indígenas .....	694
8.5. Responsabilização do réu indígena.....	697
8.5.1. Reconhecimento dos métodos próprios de solução de conflitos ...	697
8.5.2. Penas restritivas de direito e privação da liberdade.....	699
<b>CAPÍTULO 7 – VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS .....</b>	<b>701</b>
1. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	701
2. A CRIAÇÃO DE VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS NO BRASIL .....	704
3. BASE LEGAL E CONSTITUCIONALIDADE.....	708
4. COMPETÊNCIA MATERIAL DAS VARAS ESPECIALIZADAS .....	711
4.1. Abrangência .....	711
4.2. Direito intertemporal .....	712
4.3. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> e prevenção .....	714
5. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL .....	716
<b>CAPÍTULO 8 – JULGAMENTO POR COLEGIADO DE JUÍZES EM PRIMEIRO GRAU .....</b>	<b>717</b>
1. INSTAURAÇÃO DE COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU .....	717
1.1. Contextualização .....	717
1.2. Conceito de organização criminosa .....	719
1.3. Aspectos procedimentais da instauração do colegiado.....	723
1.4. Considerações à luz do princípio do juiz natural .....	725
1.5. Juízes “sem rosto”? .....	727
2. VARAS CRIMINAIS COLEGIADAS .....	730
<b>CAPÍTULO 9 – EXECUÇÃO DE PENAS PELA JUSTIÇA FEDERAL .....</b>	<b>733</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	733
2. EXECUÇÃO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	735
3. EXECUÇÃO DE PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE EM REGIME ABERTO E SEMIABERTO .....	736

3.1. A prisão domiciliar e a súmula vinculante nº 56 do STF.....	736
3.2. Prisão domiciliar em regime aberto .....	738
3.3. Prisão domiciliar em regime “semiaberto harmonizado”.....	739
3.4. A competência para a expedição do mandado de prisão .....	741
4. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA .....	745
4.1. Alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 .....	745
4.2. Inadimplimento da pena de multa e extinção da punibilidade.....	749
4.3. Execução da pena de multa em condenações proferidas pela Justiça Federal .....	750
5. TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS .....	753
5.1. Considerações iniciais .....	753
5.2. Transferência de execução da pena .....	754
5.3. Transferência de pessoas condenadas .....	758
5.4. Competência da Justiça Federal para a execução das penas .....	760

## **CAPÍTULO 10 - SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL ..... 763**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	763
2. CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO OU TRANSFERÊNCIA .....	765
3. O PROCEDIMENTO BIFÁSICO DE INCLUSÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL .....	768
3.1. Juízo de admissibilidade perante o juízo de origem .....	768
3.2. Fase perante o Juízo Federal corregedor do presídio federal .....	770
4. Procedimento abreviado de inclusão emergencial.....	772
5. A decisão de inclusão no Sistema Penitenciário Federal.....	775
5.1. Fundamentação concreta .....	775
5.2. Extensão da cognição realizada pelo Juízo Federal .....	776
6. Prazo de permanência e prorrogações.....	777
7. Recursos cabíveis .....	781
8. Formação de colegiado em primeiro grau .....	782
9. Competência para a execução da pena ou fiscalização da prisão provisória em caso de transferência .....	784
10. Regime fechado de segurança máxima (com isolamento e monitoramento) .....	786

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 793**